

# Deputado acusa Comissão Mista de distribuir verba a candidato

Jurandir Silveira — 8/9/88

**BRASÍLIA** — Nem a revisão orçamentária do governo escapou dos interesses eleitorais dos políticos. Dos Cr\$ 8 bilhões que o Executivo reservou para gastos em situações de calamidade pública, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional subtraiu Cr\$ 3 bilhões — mais da metade dos Cr\$ 5 bilhões gastos pela Justiça Eleitoral nas eleições de 3 de outubro — para pagar projetos de parlamentares em suas bases eleitorais. Sem critérios para a distribuição deste dinheiro, o relator da revisão, o deputado baiano João Alves (PFL), elegeu seu próprio estado e o de Minas Gerais como os campeões em favorecimentos, na votação das propostas realizada há dois meses pela Comissão. A denúncia foi feita ontem, na tribuna da Câmara, pelo deputado Antônio Brito (PMDB-RS), que manifestou “frontal, clara e absoluta inconformidade com os métodos, práticas e critérios da comissão”.

Dos Cr\$ 285 milhões previstos pelo governo para projetos de reforma agrária, a Bahia ficou com Cr\$ 200 milhões. Na distribuição de verbas para projetos de infra-estrutura hidráulica, a comissão foi novamente generosa com os baianos, aprovando 26 dos 39 projetos apresentados, o que significou 78% dos Cr\$ 432 milhões previstos pelo Executivo. Quando rateou Cr\$ 877 milhões para “incentivar a moradia popular”, João Alves deu 48% do dinheiro para seu estado.

“A culpa não é do João. É da comissão, que não reclamou. Ele não fez mais do que sua obrigação: trabalhou por seu estado natal”, sustenta o líder do PFL na Câmara, deputado Ricardo Fiúza, de Pernambuco — o terceiro estado mais favorecido na área da educação. Ele está tão seguro



**Brito: inconformismo**

da isenção e capacidade de trabalho de seu liderado que o indicou como relator do projeto de Orçamento Geral da União para 1991, que começa a ser discutido pelo Congresso. Ele é quem mais entende de orçamento aqui dentro.”

**Orgulho** — O vice-líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), irritou-se com as críticas de Antônio Brito à falta de critérios da Comissão de Orçamento. Ao ponderar que Minas Gerais ficará com Cr\$ 32 milhões dos Cr\$ 106 milhões previstos para obras de abastecimento de água, Brito ressaltou que um dos projetos aprovados prevê água para o distrito de Bonito, em Mato

Verde, justamente um pleito de Souto. “Me orgulho de ter sido o autor desta proposta”, disse o vice-líder, cutucando Britto: “O Sul é uma região desenvolvida. O senhor não tem de enfrentar este tipo de problema.” Brito revidou: “O problema é que Bonito não é o único município carente do país.”

Minas Gerais saiu ganhando também no rateio das verbas para educação e saúde. Dos 121 projetos para equipar ou ampliar escolas, 51 são de parlamentares mineiros, que conseguiram 22,8% do dinheiro. O único município brasileiro que recebeu uma ambulância foi de Minas: João Monlevade, que ficou com 4 dos 34 projetos aprovados para hospitais e postos de saúde. A única biblioteca prevista pela revisão orçamentária também vai para João Monlevade, reduto eleitoral de dois campeões em emendas aprovadas pela Comissão: os deputados Carlos Cota (PSDB) e João Paulo (PT).

O campeoníssimo em aprovação de emendas só poderia ser um mineiro, o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB). Integrante ativo da comissão, *Israelzinho* é autor de 34 projetos contra quatro, por exemplo, do presidente do Senado, Nélson Carneiro (RJ). Embora Brito tenha se recusado a fazer críticas pessoais a deputados e senadores, um dos membros da Comissão Mista de Orçamento reconheceu que 54,8% das emendas incorporadas à revisão orçamentária são de autoria dos próprios participantes da comissão. Isso explica também o fato de algumas cidades receberem dinheiro para mais de um projeto, como Serra Dourada (BA), que foi incluída na lista dos municípios que receberão água e na relação das que terão esgoto.